



**TRE
PARANÁ**

**CONTRATO Nº/....
PAD nº 6237/2019**

**MINUTA DO CONTRATO
ANEXO VI**

**CONTRATO DE FORNECIMENTO E GARANTIA que entre si
fazem o TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARANÁ e
a empresa**

Pelo presente instrumento, regido pela Lei nº 8.666 de 21.06.93, Lei nº 10.520/02, Lei Complementar nº 123/06 e Lei nº 11.488/2007, pelos Decretos n.º 10.024/2019, nº 8.538/2015 e nº 7.174/2010, e em conformidade com o Termo de Abertura de Licitação nº 30/2020, Pregão Eletrônico nº. /2020 – Registro de Preços, e a proposta vencedora, protocolada neste Tribunal sob o nº. 6237/2019, regularmente autorizada pelo ordenador de despesas;

O **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARANÁ**, inscrito no **CNPJ sob nº. 03.985.113/0001-81**, com sede na Rua João Parolin, nº. 224, Prado Velho, Curitiba/PR, CEP: 80.220-902, telefone: (41) 3330-8500, neste ato representado por seu Diretor-Geral, Dr. Valcir Mombach, doravante denominado CONTRATANTE, e a empresa:

....., inscrita no CNPJ sob nº, com sede em
Cidade/UF, na Rua, nº., bairro, CEP:, telefone: (...), e-mail:
....., neste ato representada por, portador do CPF/MF nº.,

doravante denominada CONTRATADA; têm entre si justo e acertado o que segue:

CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO

1.1 – O presente contrato tem por objeto o **fornecimento de (.....) Estações de Trabalho tipo Desktop**, marca:, para atender as necessidades deste Tribunal Regional Eleitoral, conforme especificações descritas neste contrato e no Edital de Licitação e seus anexos.

1.1.1 – Faz parte do item a ser adquirido o fornecimento de Garantia "on site" de 48 (quarenta e oito) meses, iniciada a partir do recebimento definitivo pelo gestor da contratação.

CLÁUSULA SEGUNDA: DO FORNECIMENTO E DAS ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

2.1 – Os equipamentos deverão possuir no mínimo, as especificações e demais condições constantes no Anexo I - TERMO DE REFERÊNCIA do Edital de Licitação, o qual é parte integrante deste Contrato.

2.2 - DA ENTREGA DO OBJETO

2.2.1 - Todos os equipamentos entregues devem ser de uma única marca e modelo.

2.2.1.1 - A contratada deverá apresentar os equipamentos acondicionados conforme padrão do fabricante. A embalagem deve garantir a proteção do equipamento durante o transporte e estocagem, bem como conter a identificação do produto e demais informações que facilitem a verificação e manuseio dos mesmos.

2.2.2 - Deverá ser fornecida documentação completa e atualizada (manuais, termos de garantia, etc.), no idioma Português, e em quantidade necessária à instalação e à operação dos equipamentos;

2.2.3 - A Contratada deverá fixar nos equipamentos chapa/etiqueta com número de controle patrimonial, a ser fornecida pelo Tribunal Regional Eleitoral do Paraná juntamente com as instruções para fixação das mesmas.

2.2.3.1 - A fixação da etiqueta patrimonial deverá ser feita antes do início da entrega dos equipamentos ao TRE-PR. O número de controle patrimonial deverá, também, ser registrado externamente nas embalagens dos equipamentos, através de etiquetas adesivas fornecidas e confeccionadas pela

Contratada.

2.2.4 - Na entrega dos equipamentos, a contratada deverá fornecer em arquivo (.xls ou .xlsx) os dados constantes no Anexo IV e V do Edital.

2.2.5 - DO LOCAL DE ENTREGA: Os equipamentos deverão ser entregues no depósito da Seção de Gestão de Equipamento de Microinformática do Tribunal Regional Eleitoral do Paraná, localizado em Curitiba, na Rua João Parolin, 55, bairro Prado Velho, em **horário agendado** pelo fone (41) 3330-8884.

2.2.5.1 - A entrega deverá ser feita em dias úteis – segunda a sexta-feira – no horário compreendido entre as 12 e as 19 horas, podendo também ocorrer, caso o TRE julgue necessário, em sábados, domingos e feriado.

2.2.6 – DO PRAZO DE ENTREGA: prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos contados a partir da assinatura do contrato, estando incluso no valor contratado quaisquer despesas com frete e demais impostos inerentes à contratação.

2.2.6.1 - Não serão aceitas entregas de equipamentos no período de recesso deste TRE, ou seja, entre 19 de dezembro e 7 de janeiro.

2.2.7 - Conforme o Art. 3º, inciso III do Decreto 7174/2010¹, caso o produto seja importado, a Contratada deverá apresentar, no momento da entrega, Guia de Recolhimento de Imposto de Importação sobre os produtos a serem fornecidos, mesmo que seja em nome do seu fornecedor, evitando assim, o fornecimento de produtos com entrada ilegal no país, sob pena de não recebimento do objeto, sem prejuízo das sanções cabíveis.

2.3 – DO RECEBIMENTO

2.3.1 – DO RECEBIMENTO PROVISÓRIO

2.3.1.1 - O recebimento provisório será realizado pela Seção de Gestão de Equipamentos de Microinformática, no prazo máximo de 01 (um) dia.

¹ Art. 3º, inciso III do Decreto 7.174/2010 – “Além dos requisitos dispostos na legislação vigente, nas aquisições de bens de informática e automação, o instrumento convocatório deverá conter, obrigatoriamente:

III – exigência contratual de comprovação da origem dos bens importados oferecidos pelos licitantes e da quitação dos tributos de importação a eles referentes, que deve ser apresentada no momento da entrega do objeto (...)

2.3.2 – DO RECEBIMENTO TÉCNICO

2.3.2.1 - A Comissão Técnica com no mínimo 3 servidores a ser instituída pela Secretaria de Tecnologia da Informação realizará, no prazo máximo de 07 (sete) dias úteis, uma inspeção técnica dos equipamentos adquiridos para verificação da sua integridade física e cumprimento das especificações exigidas no edital e seus anexos;

2.3.2.2 - Para a inspeção técnica, será utilizada a documentação entregue pelo fornecedor e/ou fabricante do equipamento contendo as especificações detalhadas dos itens licitados;

2.3.2.3 - A inspeção técnica poderá ser realizada por amostragem, a critério da Administração. O equipamento que, a qualquer tempo durante a vigência do contrato, apresentar irregularidades ou estiver em desacordo com aquele aprovado durante a análise da amostra deverá ser substituído no prazo de até 05 (cinco) dias, contados do comunicado enviado pelo TRE-PR.

2.3.2.4 - Os equipamentos deverão ser entregues em perfeito estado de funcionamento, sem marcas, amassados, arranhões e/ou outros problemas físicos;

2.3.2.5 - O equipamento testado deverá possuir todos os componentes e as mesmas características do equipamento ofertado no edital, sendo aceitos componentes e especificações superiores;

2.3.2.6 - Após a inspeção técnica nos equipamentos e verificando que estes estão em perfeitas condições de funcionamento, a Comissão de Recebimento de Bens de Consumo e Permanentes do TRE/PR e/ou Comissão Técnica a ser instituída pela Secretaria de Tecnologia da Informação emitirá(ão) o Atestado de Aceite Técnico no prazo máximo informado no item 2.3.2.1 acima.

2.4.3 – DO RECEBIMENTO DEFINITIVO

2.4.3.1 - A Coordenadoria de Infraestrutura emitirá o Aceite Definitivo do bem no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis após a emissão do Atestado de Aceite Técnico.

2.4.4 - Recebido o objeto, mas constatado qualquer defeito/irregularidade, a Contratada deverá providenciar a substituição no prazo de até 05 (cinco) dias, contados do comunicado do TRE/PR, sem quaisquer ônus.

CLÁUSULA TERCEIRA: DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

3.1 - A contratada deverá entregar o produto seguindo rigorosamente o prazo, quantitativo e especificações solicitadas no respectivo Termo de Referência – Anexo I, anexo a este contrato.

3.2 – A Contratada deverá manter-se em compatibilidade com a habilitação e com as obrigações assumidas na contratação, durante toda a vigência contratual.

3.3 – A contratada deverá prestar a garantia do produto seguindo rigorosamente os requisitos descritos no respectivo Termo de Referência – Anexo I, anexo a este contrato.

CLÁUSULA QUARTA: DA VIGÊNCIA

4.1 - O presente contrato vigorará pelo período de **50 (cinquenta) meses**, de .../.../..... a .../.../....., podendo ser rescindido antecipadamente, nos termos da Lei nº 8666/93.

4.2 – O período de garantia será de **48 (quarenta e oito) meses**, contados a partir do recebimento definitivo do equipamento, sem prejuízo de qualquer política de garantia adicional oferecida pelo fabricante.

CLÁUSULA QUINTA: DA DESPESA ORÇAMENTÁRIA

5.1 – Os recursos serão destinados à contratação conforme abaixo:

Programa de Trabalho

Nota de Empenho:, emitida em .../.../.....;

Elemento de despesa:

Categoria Econômica:

Código Siasg: BR0460553

CLÁUSULA SEXTA: DO REAJUSTE

6.1 - Os preços não serão reajustáveis, tendo em vista tratar-se de contrato de aquisição com prestação de garantia pelo prazo de 48 (quarenta e oito) meses.

CLÁUSULA SÉTIMA: DO PAGAMENTO

7.1 - O valor total a ser pago à CONTRATADA, pelo cumprimento do objeto deste contrato será de R\$...... (.....), ao valor unitário de R\$......(.....).

7.2 – Do documento fiscal:

7.2.1 – O documento fiscal deverá atender os requisitos abaixo, podendo ser emitido na forma eletrônica - NOTA FISCAL ELETRÔNICA, nos termos da legislação vigente, devendo ser encaminhado ao gestor do contrato do TRE/PR por e-mail, em formato PDF ou emitido na forma física devendo ser apresentado juntamente com a entrega dos equipamentos, a ser realizada no depósito da Seção de Gestão de Equipamento de Microinformática do TRE/PR, localizado na Rua João Parolin, 55.

7.2.1.1 – O CNPJ cadastrado no sistema comprasnet/documentos de habilitação, deverá ser o mesmo para efeito de emissão da nota fiscal/fatura para posterior pagamento.

7.2.1.2 - Caso a CONTRATADA não possa emitir a nota fiscal/fatura com o mesmo CNPJ habilitado na licitação, poderá fazê-lo através da eventual matriz ou filial da mesma empresa licitante vencedora. Nesse caso, ambos os CNPJs (CONTRATADA e eventual matriz ou filial utilizada) deverão estar com a documentação fiscal regular e atender obrigatoriamente os seguintes requisitos:

- CNPJ da CONTRATADA
- CNPJ do TRE: 03.985.113/0001-81;
- Data de emissão da nota fiscal;
- Descritivo dos valores unitários e totais,
- Número do contrato
- Banco
- Agência
- Número da conta corrente (obrigatoriamente da própria CONTRATADA)

7.3 – Das condições do pagamento:

7.3.1 - O pagamento somente ocorrerá depois de atestado pelo gestor do contrato designado para esta finalidade, à conformidade dos equipamentos entregues. O atestado será realizado, obedecendo o prazo e formulário específico, conforme dispositivos legais deste TRE/PR.

7.3.2 - O pagamento será efetuado mediante crédito em conta corrente, conforme indicação da CONTRATADA no documento fiscal, por intermédio de ordem bancária, de acordo com os seguintes prazos:

7.3.2.1 – Prazo para atestado da Nota fiscal: **até 05 (cinco) dias úteis** após a emissão do Atestado de Aceite Técnico e desde que o gestor esteja de posse da nota fiscal.

7.3.2.1.1 - A Nota Fiscal/Fatura, após o atestado do gestor da contratação, será encaminhada à Secretaria de Orçamento, Finanças e Contabilidade, para que se efetive o pagamento.

7.3.2.2 – Prazo para pagamento da Nota Fiscal: **até 20 (vinte) dias corridos** após o atestado da Nota fiscal pelo Gestor.

7.3.2.2.1 - Se o valor da nota fiscal for de até R\$ 17.600,00 (dezessete mil e seiscentos reais), o prazo para pagamento será **de 05 (cinco) dias úteis** após o atestado realizado pelo fiscal da contratação, conforme o disposto no art. 5º, § 3º da Lei nº 8.666/93.

7.3.3 – Será considerado como data do pagamento, o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.3.4 – O gestor da contratação do TRE/PR procederá à conferência dos requisitos da nota fiscal/fatura, que deverá estar de acordo com as descrições contidas na nota de empenho, bem como apresentar o mesmo número de CNPJ cadastrado, habilitado e constante nos documentos entregues, não se admitindo notas fiscais/faturas emitidas com outro CNPJ, salvo na hipótese prevista no item 7.2.1.2.

7.3.4.1 – Havendo erro na apresentação do documento fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará pendente até que a CONTRATADA providencie as medidas saneadoras. Nessa hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para o TRE/PR.

7.3.5 – O TRE/PR, observados os princípios do contraditório e da ampla defesa, poderá deduzir, do montante a pagar à CONTRATADA, acréscimos decorrentes de mora no recolhimento de tributos/contribuições, bem como de multa decorrente de previsão deste edital e/ou anexo(s).

7.3.6 – DA ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA: Na ocorrência de eventual atraso de pagamento e, desde que a CONTRATADA não tenha concorrido para tanto, serão devidos encargos moratórios pelo TRE/PR, entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento, mediante solicitação formal do interessado, que serão calculados por meio da aplicação da fórmula $EM = I \times N \times VP$, onde:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela em atraso

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$I = i/365$ (onde i = taxa percentual anual no valor de 6%)

$I = (6/100)/365$

7.4 – Da regularidade fiscal:

7.4.1 – Todo e qualquer pagamento, decorrente da presente contratação, será precedido de verificação, por parte do TRE/PR, da regularidade fiscal da CONTRATADA em vigor na data do pagamento.

7.4.1.1 – A CONTRATADA inadimplente quanto à regularidade fiscal estará sujeita à abertura de processo administrativo pelo Gestor da contratação do TRE/PR, visando à regularização.

7.4.1.1.1 – Permanecendo a inadimplência poderá haver rescisão contratual, independentemente da aplicação das sanções previstas neste edital e/ou anexo(s).

7.4.2 – A regularidade de que trata o subitem anterior poderá ser verificada:

- a) por meio de consulta on-line no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e/ou;
- b) por meio de consulta aos sites oficiais e/ou;
- c) por meio da apresentação de documentação, pela CONTRATADA, anexada ao documento fiscal.

7.4.2.1 – O resultado das consultas, de que trata as alíneas acima, serão realizadas pelo setor financeiro responsável e deverão constar do processo de pagamento.

CLÁUSULA OITAVA: DA SUBSTITUIÇÃO TRIBUTÁRIA

8.1 – Da substituição tributária:

8.1.1 - Serão feitas as retenções tributárias federais e municipais incidentes sobre a contratação, conforme artigo 64 da Lei nº 9.430/96, IN RFB 1234/12, IN RFB 971/09, LC nº 116/2003 e LC nº 123/06, conforme o objeto da contratação.

8.2 – Dos tributos federais:

8.2.1 - Será efetuada a retenção dos tributos federais aplicando-se, sobre o valor a ser pago, o percentual constante da Tabela de Retenção da IN RFB 1234/12.

8.2.2 - Quando a empresa for optante do Regime Simplificado Nacional (SIMPLES), não haverá a retenção de que trata o item acima.

8.2.3 - A nota fiscal, cuja empresa CONTRATADA seja Optante do SIMPLES, deverá estar acompanhada da Declaração, nos termos do caput do artigo 6º da IN RFB 1234/12 - anexo IV.

8.3 - Da retenção previdenciária:

8.3.1 - Quando o objeto da contratação contemplar cessão de mão de obra ou empreitada, poderá ocorrer a retenção do INSS prevista no artigo 112, sobre os serviços elencados nos artigos 117 e 118 da IN RFB 971/09.

8.4 - Da retenção do ISS:

8.4.1 - Sobre serviços, poderá ocorrer a retenção do ISS, quando o objeto da contratação se enquadrar no inciso II, do § 2º do art.6º da LC nº 116/03.

8.4.2 - Quando a empresa for optante do Regime Simplificado Nacional (SIMPLES), deverá destacar na nota fiscal de prestação de serviços a alíquota na qual está enquadrada, conforme os anexos III ou IV da Lei Complementar nº 123/06. Caso não haja o referido destaque, será considerada a alíquota máxima vigente, ou seja, 5% (cinco por cento).

8.5 - Quanto à incidência das retenções de tributos prevalecerá sempre a legislação vigente, mesmo que venham a contrariar as disposições acima, conforme sua incidência ou não sobre o objeto contratado.

8.6 - A atualização monetária e a multa, provenientes do atraso no recolhimento das obrigações tributárias e/ou previdenciárias serão descontadas do valor da Nota Fiscal/Fatura correspondente, quando a CONTRATADA lhes der causa.

8.6.1 - O não atendimento às especificações do documento fiscal, descritas na cláusula sétima, item 7.2, bem como a não comprovação da regularidade fiscal, prevista na cláusula sétima, item 7.4.1, darão

causa ao previsto no item anterior.

CLÁUSULA NONA: DO GESTOR DO CONTRATO

9.1 - A Gestão contratual será exercida pelo Coordenador de Infraestrutura, e na sua ausência pelo seu substituto imediato, que exercerá a função de gestor da contratação.

9.1.1 - Nos termos da Lei 8666/93, art. 67, parágrafos 1.º e 2.º, caberá aos Gestores:

- a) Receber e atestar a nota fiscal referente à aquisição encaminhando a fatura pertinente para pagamento;
- b) Acompanhar o fornecimento de acordo com as condições contratadas, determinando o que for necessário para regularização das faltas ou defeitos observados, sob pena de responsabilização administrativa;
- c) Comunicar a contratada via e-mail, carta ou ofício, defeitos, irregularidades ou problemas encontrados durante a execução do objeto, fixando prazos para solucioná-los e corrigi-los;
- d) Se a inexecução persistir, o gestor deverá criar um PAD específico de abertura de processo administrativo e encaminhá-lo à Secretaria de Gestão Administrativa, devidamente instruído com todas as informações pertinentes constantes em formulário específico, anexando-se cópia do e-mail do subitem acima, referente à intenção de abertura de Processo Administrativo.

9.2 - DO GESTOR DA GARANTIA TÉCNICA

9.2.1 - O contrato será acompanhado pelo Chefe da Seção de Gestão de Equipamentos de Microinformática e na sua ausência pelo seu substituto, que exercerão a função de gestores da garantia técnica;

9.2.2 - Caberá ao gestor da garantia técnica:

- a) Acompanhar a vigência da garantia técnica dos equipamentos, de acordo com as condições contratadas, determinando o que for necessário para regularização das faltas ou defeitos

observados, sob pena de responsabilização administrativa;

- b) No que tange a garantia técnica, comunicar à contratada via e-mail, carta ou ofício, a ocorrência de descumprimento contratual e a intenção de abertura de Processo Administrativo;
- c) Criar um PAD específico de abertura de processo administrativo e encaminhá-lo ao Gestor da Contratação, devidamente instruído com todas as informações pertinentes constantes em formulário específico, anexando-se cópia do e-mail do subitem acima, referente à intenção de abertura de Processo Administrativo.

9.3 - DO FISCAL SETORIAL

9.3.1 - Considerando o requisito de Garantia com atendimento descentralizado, conforme previsto no item 4.2.8 do Termo de Referência (Anexo I), o contrato também será acompanhado pelos Chefes do Fórum/Cartório Eleitoral, e nas suas ausências pelos seus substitutos legalmente estabelecidos, que exercerão a função de fiscais setoriais da contratação.

9.3.2 - Caberá aos fiscais setoriais:

- a) acompanhar a execução do contrato encaminhando por escrito, ao gestor da garantia técnica, todas as ocorrências relacionadas com a sua execução, inclusive pequenas falhas ou insatisfações;
- b) ao constatar defeito em um dos equipamentos objeto deste contrato, providenciar a abertura de chamado no sistema de Gestão de Serviços de TI (atualmente o Cherwell) ou via Central de Serviços de TI, relatando de forma sucinta o problema encontrado;
 - b.1) além da descrição objetiva do defeito constatado o chamado deve conter, obrigatoriamente, o número do patrimônio do equipamento e o seu respectivo número de série;
- c) incluir, no chamado em andamento no sistema de Gestão de Serviços de TI (Cherwell - conforme alínea b), cópia do laudo de atendimento, conforme item 4.2.12 do Termo de Referência – Anexo I (parte integrante desse Contrato), fornecido pela contratada imediatamente após a sua visita técnica, sob pena de responsabilização administrativa.
- d) reter no cartório os SSDs dos equipamentos nos casos previstos nos itens 4.2.7.1 e 4.2.8.2

do Termo de Referência – Anexo I (parte integrante desse Contrato), de forma a garantir o sigilo e a confidencialidade das informações nele armazenadas.

CLÁUSULA DÉCIMA: DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

10.1 – O descumprimento de quaisquer das obrigações descritas no presente instrumento poderá ensejar abertura de processo administrativo, garantido o contraditório e a ampla defesa, de acordo com o capítulo IV, art. 87 da Lei nº 8666/93 e artigo 7º da lei nº 10520/2002:

- a) Advertência: para faltas leves, não puníveis com multa;
- b) Das multas:
 - b.1) Multa compensatória de 5% (cinco por cento) sobre o valor total do contrato pelo não cumprimento de outras obrigações previstas;
 - b.2) Multa compensatória de 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato, pelo inadimplemento parcial;
 - b.3) Multa compensatória de 20% (vinte por cento) sobre o valor total do contrato, pelo inadimplemento total, bem como pela cessação da execução contratual, inclusive as decorrentes de rescisão pelos motivos elencados na cláusula décima primeira.

10.2- A contratada, ao descumprir os prazos previstos para realizar atendimentos, solucionar chamados, entregar o objeto, substituir os componentes defeituosos, entregar relatórios, prestar informações e fornecer a garantia, estará sujeita às seguintes sanções:

Ação	Descrição	Medidas Corretivas
Deixar de cumprir os prazos previstos para atendimento, conforme os itens 4.2.4, 4.2.5 e 4.2.11.1 do Termo de Referência – Anexo I, por ocorrência	02 (dois) dias úteis de atraso	Advertência
	Superior a 02 (dois) dias úteis de atraso	Multa de 0,05% sobre o valor contratual por dia de atraso
	Superior a 30 (trinta) dias corridos de atraso	Declaração de inadimplemento parcial do contrato - 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato
Deixar de cumprir o prazo	02 (dois) dias úteis de atraso	Advertência

previsto para entrega dos equipamentos, conforme itens 3.1.6 e 3.1.5.1 do Termo de Referência – Anexo I	Superior a 02 (dois) dias úteis de atraso	Multa de 0,5% sobre o valor da parcela não cumprida por dia de atraso
	Superior a 30 (trinta) dias corridos de atraso	Declaração de inadimplemento total do contrato - 20% (vinte por cento) sobre o valor total do contrato
Deixar de cumprir o prazo previsto para substituir equipamentos defeituosos ou irregulares conforme os itens 3.2.4, 3.2.2.3 e 4.2.16.1 do Termo de Referência – Anexo I, por ocorrência	02 (dois) dias úteis de atraso	Advertência
	Superior a 02 (dois) dias úteis de atraso	Multa de 0,1% sobre o valor contratual por dia de atraso
	Superior a 30 (trinta) dias corridos de atraso	Declaração de inadimplemento parcial do contrato - 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato
Deixar de entregar os laudos de atendimentos e os relatórios, conforme previsto nos itens 4.2.12, 4.2.12.1 e 4.2.13 do Termo de Referência – Anexo I, por ocorrência	02 (dois) dias úteis de atraso	Advertência
	Superior a 02 (dois) dias úteis de atraso	Multa de 0,02% sobre o valor contratual por dia de atraso
	Superior a 30 (trinta) dias corridos de atraso	Declaração de inadimplemento parcial do contrato - 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato
Deixar de prestar as informações solicitadas pelos gestores do contrato, conforme previsto no item 4.2.15 do Termo de Referência – Anexo I.	02 (dois) dias úteis de atraso	Advertência
	Superior a 02 (dois) dias úteis de atraso	Multa de 0,03% sobre o valor contratual por dia de atraso
	Superior a 30 (trinta) dias corridos de atraso	Declaração de inadimplemento parcial do contrato - 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato

c) Será aplicada a penalidade de impedimento de licitar e contratar com a União, conforme previsto no art.7º da Lei 10.520/2002, bem como o descredenciamento do Sicaf, ou dos sistemas de cadastramento de fornecedores a que se refere o inciso XIV do art. 4º da Lei 10520/02, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas em edital e no contrato e das demais cominações legais, conforme a gravidade do inadimplemento da obrigação e prejuízos ocasionados quando a empresa, convocada dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar a documentação exigida ou apresentar documentação falsa para o

certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal.

10.3 - As sanções previstas na Cláusula Décima, alíneas "a" e "c" poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, a pena de multa.

10.4 - No caso de aplicação de multa determinada em processo administrativo que garanta a ampla defesa à CONTRATADA, esta deverá recolher à União o valor imputado por meio de GRU.

10.5 - As multas imputadas à Contratada cujo montante seja superior ao mínimo estabelecido pelo Ministério da Fazenda² e não pagas no prazo concedido pela Administração, serão inscritas em Dívida Ativa da União e cobradas com base na Lei nº 6830/80, sem prejuízo da correção monetária pelo IGP-M ou outro índice que porventura venha a substituí-lo.

10.6 - É garantido à contratada o direito de contestação das sanções aplicadas, bem como apresentar as justificativas que se fizerem necessárias. Entretanto, as multas e outras penalidades somente poderão ser relevadas pelo Contratante quando configurado caso fortuito e/ou de força maior, desde que devidamente comprovados por escrito e para os quais não tenha dado causa a contratada.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: DA RESCISÃO DO CONTRATO

11.1 - Ficarà o presente contrato rescindido, a juízo da administração, mediante formalização, assegurado o contraditório e a ampla defesa, nos casos elencados nos arts. 77 a 80 da Lei nº 8.666/93.

11.2 - Será também causa de rescisão se a Contratada alocar funcionários, para o desempenho dos serviços, que sejam cônjuges, companheiros ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de ocupantes de cargos de direção e de assessoramento de membros ou juízes vinculados a este Tribunal, contrariando o artigo 3º da Resolução nº 07, de 18/10/2005, com redação dada pela Resolução nº 09, de 06/12/05, ambas do CNJ (Conselho Nacional de Justiça).

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: DOS CASOS OMISSOS

12.1 - Os casos omissos serão decididos pelo CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.666/93 e, subsidiariamente, na Lei nº 9.784/99, no Código de Defesa do Consumidor e demais

² Portaria n.º 75 do Ministério da Fazenda, publicada em 22/03/2012 – artigo 1.º, inciso I.

normas e princípios gerais aplicáveis.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA: DO FORO

13.1 - Fica eleito o Foro de Curitiba-PR para dirimir as divergências oriundas do presente contrato.

13.2 - E, por estarem assim justas e contratadas, assinam o presente em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Curitiba, de de 2020.

.....

Representante Legal

P/ CONTRATADA

Valcir Mombach

Diretor-Geral - TRE/PR

P/ CONTRATANTE